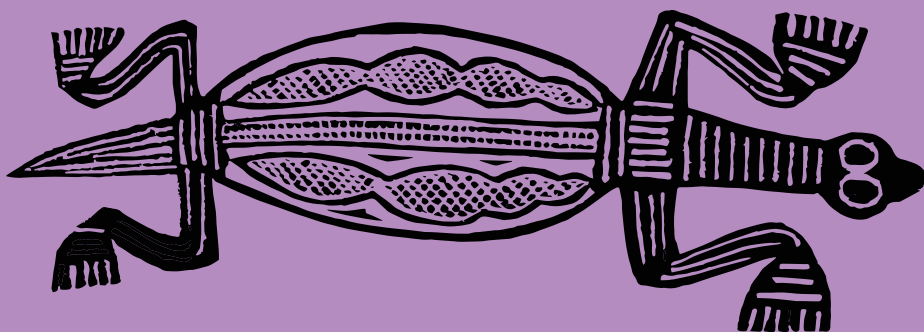


CADERNOS TEXTOS E DEBATES

Vol. 9/Nº 15/2016



NUER / UFSC

2017

CADERNOS TEXTOS E DEBATES

Números Anteriores

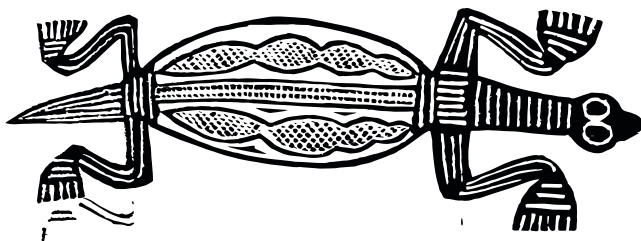
- 01 Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade e segregação
- 02 Terras e territórios de negros no Brasil
- 03 Identidades étnicas no sul do Brasil
- 04 Laudos periciais antropológicos
- 05 Negritude e auto-estima
- 06 Quilombo: fontes bibliográficas
- 07 Os quilombos do Brasil: questões conceituais e normativas
- 08 O direito constitucional de propriedade das comunidades remanescentes de quilombo
- 09 Laudos antropológicos: carta de Ponta das Canas
- 10 Capoeira na universidade
- 11 Saúde pública e ações afirmativas
- 12 Etnicidade e gênero
- 13 Línguas atuais faladas em Angola: entrevista com Daniel Perez Sassuco
- 14 Diálogos com Moçambique



CADERNOS TEXTOS E DEBATES

Nº 15/2016

Ações Afirmativas, Cotas
e Formação Universitária



NUER - NÚCLEO DE ESTUDOS DE IDENTIDADES
E RELAÇÕES INTERÉTNICAS

2017



Catálogo na fonte por NUPPE

Cadernos Textos e Debates / Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos de Identidade e Relações Interétnicas. Número 15 (2016) - Florianópolis: UFSC/NUER, 2017, 53p.

ISSN 2526-981X

1. Antropologia 2. Periódico 3. Universidade Federal de Santa Catarina

Revisão: Charlott Eloize Leviski

Ilustração: African Design

Projeto Gráfico: Cainã Margarida

Diagramação: Christopher Lobato Fortunato e Thabata J. B. Pinheiro

Apoio: Núcleo de Publicações do CFH/UFSC - NUPPE



CADERNOS TEXTOS E DEBATES

VOL. 9 N. 15, 2016

PERIODICIDADE SEMESTRAL

Comissão Editorial

Diana Brown - Bard College, New York, EUA

Douglas Ladik Antunes - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC, Brasil

Frank Milton Marcon - Universidade Federal de Sergipe, Aracaju/SE, Brasil

José Bento Rosa da Silva - Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, Brasil

Oswaldo Martins de Oliveira - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES, Brasil

Pedro Martins - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC, Brasil

Ricardo Cid Fernandes - Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, Brasil

Rosa Elizabeth Acevedo Marin - Universidade Federal do Pará, Belém/PA, Brasil

Editora responsável: Ilka Boaventura Leite - NUER/CFH/UFSC

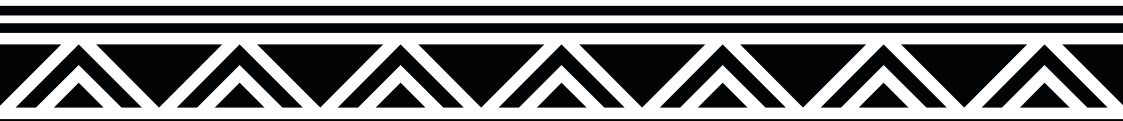
Endereço: Campus Universitário. Trindade. Florianópolis/SC, Brasil.

CEP 88040- 900

E-mail: nuer.ufsc@gmail.com

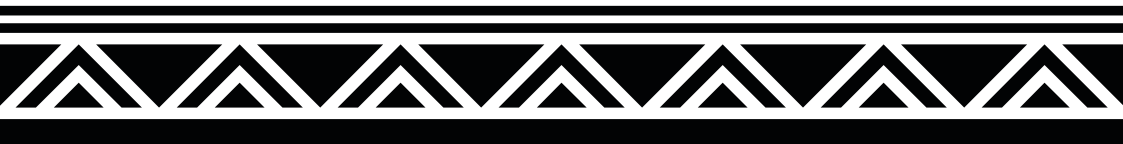
<http://www.nuer.ufsc.br>

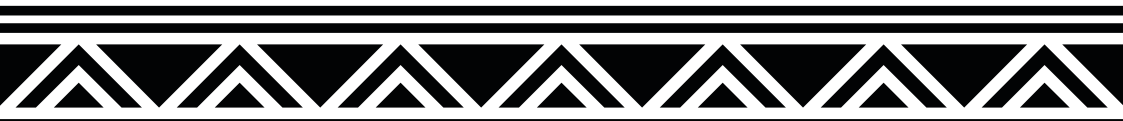




SUMÁRIO

Editorial	
<i>Ilka Boaventura Leite</i>	9
“Fala Preta!”: das experiências de uma aluna cotista de Pós-graduação na Universidade Federal de Santa Catarina	
<i>Yersia Assis Souza</i>	11
O “OUTRO” SOU “EU”	
<i>Larisse Louise Pontes Gomes</i>	25
Editais de ações afirmativas na Pós-Graduação em Antropologia: relatos de uma experiência	
<i>Santa Julia da Silva</i>	33
Quando os “nativos” ocupam a antropologia: experiências de lugares e entrelugares nas Ações Afirmativas	
<i>Willian Luiz da Conceição</i>	41





APRESENTAÇÃO

Decorridos mais de uma década de debates e anos de implantação das cotas raciais na UFSC e na presença dos estudantes negros e negras nos diversos cursos, constatamos o que parecia óbvio: somente entrar não basta. Sabíamos também que tinha que ser uma luta de cada vez, para juntar aliados e esforços, para consolidar argumentos e efetivar processos burocráticos, a princípio quase intransponíveis. Foram muitos esforços de professores, funcionários, estudantes, militantes. Hoje temos a certeza de que somente entrar não basta, falta muito para que esta presença se consolide e produza os efeitos que uma sociedade democrática e justa requer.

Daí porque não podemos parar de falar sobre as condições institucionais necessárias para garantir esta permanência e as muitas etapas a serem vencidas para a efetivação dos direitos à Educação em nosso país. Apenas começamos e estamos longe de alcançar as primeiras metas estabelecidas como prioritárias. Não podemos retroceder.

O NUER – Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas – vem há 30 anos desde suas primeiras iniciativas na UFSC discutindo, enfrentando e denunciando o racismo e a supressão de direitos sociais, culturais, educacionais e territoriais. Nas salas de aula, nos cursos, nos corredores, nas pesquisas, nas publicações, nos projetos de extensão, nos seminários, nos colóquios e oficinas, nos grupos temáticos, nos encontros informais. Entendemos que o papel do educador/a é este: buscar o diálogo através da crítica cultural para expandir as mentes, as consciências e as atitudes responsáveis.

E sabemos, com humildade, que ainda é pouco, muito pouco, tendo em vista a carência de iniciativas como esta e a dimensão dos desafios apresentados para que alguma mudança possa acontecer e surtir os efeitos desejados.

Uma biblioteca especializada, um centro de pesquisa aglutinador de estudantes universitários negros, o apoio a todos os/as estudantes que querem se informar, refletir e se aprofundar vem sendo uma aposta sistemática, um investimento diário, um conjunto de ações constantes, embora ainda seja pouco, muito pouco, diante de todos os desafios apresentados.

Sabemos que não dá pra preencher três séculos de políticas racialistas em apenas trinta anos, mas diariamente algo está sendo feito no NUER para criar um clima de acolhimento, respeito mútuo e reconhecimento de talentos negros.

Esta publicação é mais um passo, não somente para ouvir, mas também para amplificar as vozes e as reflexões que visam superar o racismo e o colonialismo em nossa universidade e em nossa sociedade. A riqueza dos depoimentos aqui apresentados é um dos suportes para a compreensão e o esclarecimento do assunto, e poderá, sem dúvida, abrir-se mais para ainda melhor elucidar, aprofundar e refletir criticamente, sem dogmatismos e revanchismos, com afeto e o respeito que o ambiente universitário requer.

Ilka Boaventura Leite
Editora

“Fala Preta!”: das experiências de uma aluna cotista de Pós-Graduação na Universidade Federal de Santa Catarina

Yérsia Souza de Assis¹

Começo este texto agradecendo a professora Ilka Boaventura Leite pelo convite para compor junto com outros colegas essa edição do Caderno NUER que versará sobre Ações Afirmativas no cenário da Pós-Graduação na UFSC, universidade a qual agora faço parte como aluna regular no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, na condição de doutoranda selecionada via Programa de Ações Afirmativas.

Particularmente houve uma dificuldade (ou seria um desafio?), em pensar as ações afirmativas a partir de uma autonarrativa que primou em olhar a minha própria trajetória, bem como refletir sobre o meu itinerário nesta universidade, ou seja, este texto deve ser um espaço para eu relatar um pouco da minha experiência como aluna cotista da Pós em Antropologia.

Basicamente a dificuldade e o desafio acompanham este texto, pois, a minha formação nas Ciências Sociais, e especialmente na Antropologia nascem das reflexões que faço desde 2010² sobre

¹ *Doutoranda em Antropologia pela UFSC. Mestre em Antropologia pela UFS. Membro do NUER/UFSC/CNPq. Membro do GERTS/UFSC/CNPq. Membro do NEAB/UFSC. Bolsista de Doutorado CNPq.*

² *O meu trabalho de conclusão de curso na modalidade bacharelado foi sobre as cotas no Ensino Superior, bem como minha dissertação. E continuo discutindo sobre Ações Afirmativas no Ensino Superior no Doutorado.*

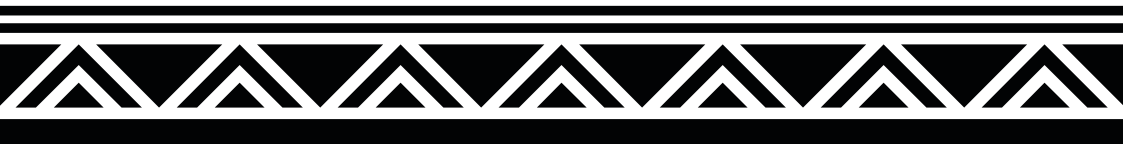
a política de cotas no ensino superior, e curiosamente nunca tinha me imaginado na condição de aluna “cotista”, e mais curiosa ainda são as contingências subjetivas que esta condição leva, independentemente de estarem sendo vividas por uma pessoa que discute/pensa/reflete sobre isso há um determinado tempo.

Quero dizer assim, que as “dores e delícias” de ser aluna “cotista” também me atingem, por óbvio, que as reações desencadeadas e as frentes acionadas, bem como os elementos mobilizadores são outros, afinal, estar analiticamente imersa nesse universo me propicia criar estratégias de retórica, de ação e de reação.

Diante disso, gostaria de dizer que o debate sobre políticas públicas voltadas para as populações afro-brasileiras é recente no Brasil. Em todo caso, é interessante levar em consideração que existe uma quantidade relevante de textos publicados sobre o período de implantação de programas de ações afirmativas, assim como um número de relatórios que atestam a eficiência da política de cotas, sobretudo, no que cabem as abordagens quantitativas, de algum modo, o tema passou a ser inserido “na agenda do Estado e das universidades em geral” (GUIMARÃES, 1999; HERINGER, 2006).

No entanto, a realidade da reserva de vagas sempre esteve associada ao ensino superior na sua modalidade graduação. Sendo que este cenário se tornou tão bem consolidado no Brasil, o Estado resolveu regulamentar a política de cotas através de uma lei³ que garantisse assim a inserção de alunos negros e indígenas por pelo menos 10 anos nos quadros das universidades públicas

³ Lei 12.711/12 que dispõe sobre o ingresso de alunos pretos, pardos e indígenas mediante reserva de vagas.



federais, bem como nos institutos federais. Estaria assim, o Movimento Social Negro vivenciando o êxito pleno da bandeira e pauta da reserva de vagas no ensino superior.

A política de cotas trouxe um novo perfil de estudante para a universidade, sendo possível, assim, pensar nas novas formas de relações sociais e raciais que são estabelecidas no espaço acadêmico. Segundo Santana (2006), as cotas proporcionaram a uma camada da sociedade brasileira, neste caso, a população de baixa renda e negra (ou seja, os pretos e pardos), a possibilidade de ascensão social via estímulo educacional.

Concordo com Valentim quando a autora exprime com clareza a pertinência de tentar perceber esse universo que permeia a vida dos sujeitos que fizeram uso das cotas: “As ações afirmativas no ensino superior, na modalidade cotas, geraram uma nova categoria de alunos - os cotistas. As cotas ainda são formas polêmicas, não habituais, não consensuais, criativas, marginais, de inserção de estudantes no ensino superior.” (VALENTIM, 2012, p. 30).

Dentro deste formato não habitual, não consensual temos um número de alunos pretos e pardos que trazem consigo aquilo que o professor José Jorge entende como: “(...) ser negro no Brasil sempre tem sido uma condição humana de exclusão, discriminação, desvantagem e abandono - e isso visto estritamente do ponto de vista dos indicadores oficiais do Estado, cujo interesse, obviamente, nunca foi o de exagerar os indicadores sociais negativos do país.” (CARVALHO, 2005, p. 27). Ao leitor, talvez não pareça muita clara a relação de montar um cenário sobre as cotas no Ensino Superior nas discussões que objetivam a modalidade graduação, levando em consideração que o objetivo

deste texto é refletir sobre a minha experiência enquanto aluna cotista de pós-graduação.

No entanto, considero relevante apontar para o leitor de que lugar se está partindo, sobretudo, porque aprendi na Antropologia que não é possível obviar os dados, assim sendo, tomo este momento do texto para descrever de forma breve e ilustrativa um pouco do universo das cotas no ensino superior público, assim como demonstrar um pouco a forma como venho encarando este tema.

Também considero interessante mencionar esse panorama das cotas, tendo em vista que as Ações Afirmativas nos Programas de Pós-Graduação se inspiram nos modelos de oportunidade educacional que a reserva de vagas na graduação propiciou. Portanto, é com esse mapa e por esse mapa que meu itinerário vai se constituindo, e é por meio dessa paisagem que a minha experiência se arranja e rearranja. Inclusive é por meio dessa paisagem que consegui fazer determinadas avaliações sobre a experiência das Ações Afirmativas na Pós, e aqui começo a me deter em minha realidade acadêmica: doutoranda em Antropologia na UFSC.

Aluno de pós-graduação por si só leva um status diferenciado naquilo que vou chamar de hierarquias das qualificações acadêmicas, e neste ponto das hierarquias, os alunos de Doutorado estariam no topo da “fila” acadêmica. Diante disso, um processo de seleção que faz a opção de reserva vagas para alunos auto declarados pardos e pretos, bem como alunos indígenas, trabalha com a perspectiva de compreensão por parte do corpo discente e docente naquilo que tange esse tipo de modelo político educacional. No entanto, a realidade não condiz com a expectativa

compreensiva e diante disso, várias especulações podem ser feitas.

No meu caso, e aqui, só devo me ater a ele, não consigo não imaginar que determinadas situações ocorram comigo pelo fato de levar o elemento “cota” na minha identidade estudantil. Sendo esta credencial acionada por mim mesma, quero dizer, sempre que respondo a quem me pergunta sobre a seleção que prestei opto por acionar a informação que fui selecionada através das Ações Afirmativas, e ao informar isso, imediatamente, complemento que a seleção via “Ações Afirmativas” não deve ser encarada como termômetro de competência ou mérito. Ou seja, mesmo na pós-graduação é possível se deparar com argumentos desqualificadores das cotas, do mesmo modo como ainda são feitas com a reserva de vagas na graduação.

Diante disso, geralmente, encaminho a minha perspectiva para pensar o quanto de racismo há na composição de fala dos desqualificadores do Programa de Ações Afirmativas na Pós. Ou ainda, as cotas na modalidade aqui discutida também tem sido invisibilizadas há muito tempo, do mesmo modo que as cotas na graduação (e ainda hoje, em diversos aspectos), pelo seio institucional da universidade. Neste ponto, gostaria de destacar que não houve nenhum tipo de recepção por parte da UFSC para com os alunos cotistas de pós-graduação.

E eu leio esse silenciamento como uma forma de posicionamento que reflete o modo de reconhecimento que vem sendo dado a este tipo de iniciativa. Por vezes, também penso que esse posicionamento ocorre mediante a necessidade de aplicar o “espírito” da igualdade para todos os alunos, contudo, estudantes

que fazem a opção de disputar vagas reservadas levam consigo trajetórias singulares sejam elas no âmbito pessoal/familiar ou na sua carreira educacional.

No meu caso, basicamente só está sendo possível cursar o Doutorado com a dedicação que um curso neste nível exige porque ingressei pelo sistema de Ações Afirmativas e me foi garantida uma possibilidade de receber bolsa de estudo desde o primeiro mês de aula. Sem essa assistência financeira básica não seria possível permanecer. E aqui eu gostaria de fazer uma inflexão, no sentido de apontar que as dificuldades financeiras que impedem um aluno de graduação cotista de obter êxito na sua jornada acadêmica é senão a mesma ou muito parecida com a dificuldade de um aluno cotista de pós-graduação. Por isso, repito: essencialmente, para estar cursando o Doutorado eu preciso ter o investimento financeiro por parte do Estado, da UFSC, do PPGAS.

Outro ponto que compete entender é a dualidade ingresso x permanência . E esse ponto é destinado, sobretudo, àqueles que insistem em desqualificar Programas de Pós que adotam sistema de Ações Afirmativas, visto que os alunos cotistas que disputam vagas para o Doutorado, como eu, são academicamente equilibrados com os pares não cotistas. Além disso, a opção pelas cotas se dá por uma perspectiva e expectativa de poder permanecer no curso e obter êxito, que no meu caso é defender a minha tese.

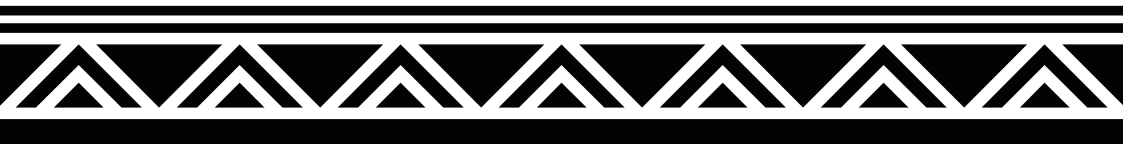
Para além dessa expectativa financeira que deve ser lida como matéria de primeira necessidade, no meu caso, optar por uma seleção com ações afirmativas também se configura como um gesto político, e de caráter racializado, pois ao longo da minha

jornada acadêmica e pessoal consegui me constituir enquanto mulher negra e nordestina, sujeita de direitos, e que levanta pautas e bandeiras específicas dentro da teia social brasileira. Quero dizer, assim, que a minha presença como doutoranda tem um efeito para além da minha constituição individual e das próprias relações eu meço (?), por assim dizer, que os meus sinais são coletivos e têm posições históricas, e por isso eles produzem efeitos para além de mim.

Nesse quesito considero muito importante o meu ingresso, e a garantia da minha permanência por parte do meu programa ao conceder bolsa desde o início, pois, para mais do que a minha satisfação pessoal em passar numa seleção de doutorado, e assim continuar minha trajetória acadêmica, o meu ingresso aciona itens representacionais, e aqui, rapidamente, cito o item da raça e do gênero como elementos constitutivos dessa experiência. Afinal, eu faço parte de uma parcela sub-representada elevada à máxima potência: mulheres negras nordestinas pós-graduandas. O reflexo disso é o número quase zero de professoras universitárias com essas características.

Esse dado aciona outro ponto que também reveste a minha inserção na Pós e toca também no meu êxito acadêmico que se dá/dará pela garantia da minha permanência: pautas acadêmicas que versem sobre a população negra. A minha inserção de algum modo garante que pesquisas vinculadas sobre este tema ganhem mais fôlego, bem como novos pontos de vista. Por assim dizer, inserir pessoas negras no âmbito da pós-graduação confere possibilidade de pesquisa sobre/para temas afro-brasileiros.

Todavia, este debate também se configura com uma perspectiva

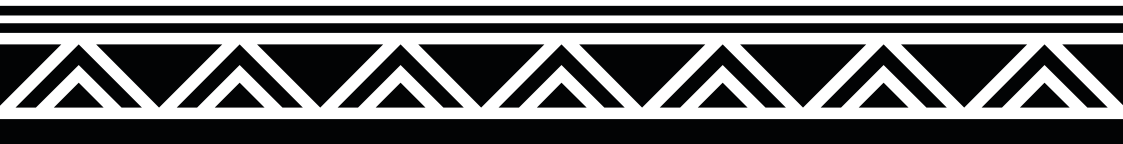


reversa e aqui, atendo-me ao racismo institucional, que por vezes vai relegar a pessoas como eu, por exemplo, que estudam cotas e ações afirmativas, e agora também aluna cotista, um espectro “militantesco”, no sentido que não conseguindo mais desqualificar as trajetórias de inserção e permanência dos alunos cotistas, outra via é desqualificar as pesquisas às quais estamos vinculados.

Assim, quero dizer que, por não conseguirem desqualificar a trajetória, os desqualificadores se atém às realidades de nossas pesquisas, alunos negros, e neste caso, alunos negros cotistas. De algum modo esses argumentos dizem em suas entrelinhas que o Brasil e, conseqüentemente, o ambiente universitário não estão preparados, ou insistem em resistir à realidade de formação, agora de modo mais expressivo, de intelectuais negros “legítimos”, e legítimos no sentido que também nos serão concedidas as credencias de Mestres e Doutores.

Talvez a expedição de diplomas de Mestres e Doutores para alunos negros e indígenas seja o produto final mais interessante que um programa de Ações Afirmativas possa promover, pois, possibilita que esses alunos passem a ocupar lugares antes não só historicamente negados, mas também educacionalmente não permitidos. Neste quesito, impressiona como a educação formal pode conceder novos espaços sociais aos sujeitos que a acessam.

E no momento que passamos a acionar esses novos espaços sociais me questiono o quanto ainda temos dificuldade em discutir no ambiente acadêmico os tensionamentos que circundam os debates sobre raça, racismo e relações raciais, de igual forma me questiono em que medida garantir um modelo de reserva de vagas



na Pós assegura uma discussão, senão coerente, mas honesta sobre o tema⁴. Penso nisso, pois tive a felicidade de no primeiro semestre atuar como Estagiária/Docente na disciplina de Estudos Afro-Brasileiros, ministrada pela professora Ilka Boaventura, no Departamento de Ciências Sociais. Para nossa surpresa, o interesse dos alunos sobre/ com o tema é tão imenso que ao final do curso o pedido dos discentes foi o de mais disciplinas como esta que coatuei com a professora Ilka.

Afinal, onde guardamos o nosso racismo? De que modo um modelo de reserva de vagas para alunos negros e indígenas desnuda esse racismo? Penso sempre qual seria/m o efeito ou os efeitos de uma política de reserva de vagas para além de uma ascensão individualizada de estudantes. Dessa forma, sinto que há uma pontualidade na ação que circunda a política de reservas de vagas na Pós pois, os espaços acadêmicos ignoram as suas posições sociais e de questionamento, constituindo-se apenas como zonas de saber que promovem um tipo de reprodução intelectual, social, racial e econômica, não refletindo, assim, sobre os seus papéis sociais e acadêmicos.

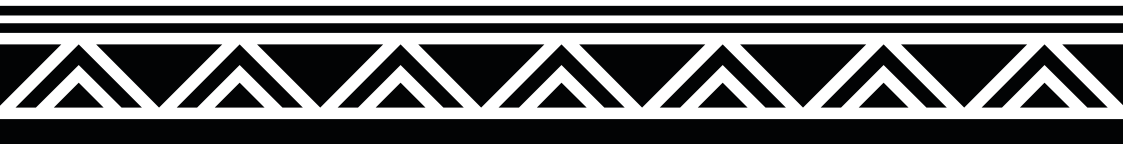
Desta forma, considero importante, voltar o olhar para a concepção de raça no cotidiano acadêmico, na estética universitária, nos posicionamentos pedagógicos, nas relações sociais. Gostaria aqui de me ater brevemente aos posicionamentos pedagógicos que devem ser atentamente observados sob o prisma da reserva

⁴ *Antes da minha mudança para Florianópolis, uma amiga me alertou que a UFSC era composta de “muitos brancos”. Transcrevo o comentário dela: “mana, aqui [UFSC] tem mui brancos”, eu apenas disse “ok”. Ainda penso no que esse comentário quis me dizer. Afinal, o que seria estudar numa Universidade com “mui brancos”?*

de vagas. Aponto isso, no sentido de que muitos de nós, alunos cotistas de pós-graduação, nos deparamos com situações acadêmicas que nos inibem, seja um programa de uma disciplina composto de textos em sua maioria em línguas estrangeiras (neste quesito penso nos meus colegas indígenas que já tem o próprio português como língua estrangeira) ou mesmo as marcas que levamos nos nossos corpos, como a linguagem, o gesto, a aparência e as preferências.

Digo isso, levando em consideração que o ambiente universitário na Pós-Graduação tem em sua concepção um modelo de aluno, em sua maioria, seria o sujeito branco, heterossexual, cisgênero e classe média. Sendo que, pessoas como eu, mesmo em cursos onde há uma sensibilidade para a diversidade humana, ainda diferem do modelo estabelecido. Geralmente nos deparamos com isso nos espaços acadêmicos extra curso, particularmente, eu não fui envolvida em uma situação direta onde a minha identidade estudantil foi questionada, mas em geral, quando digo que sou doutoranda (com todo o meu sotaque nordestino) as pessoas repetem a pergunta e se espantam, alguns conseguem disfarçar, outras não.

De algum modo, a sutileza desse nosso racismo brasileiro se manifesta nos espaços acadêmicos, afinal, esses ambientes são também o reflexo da formação racial brasileira. E considerando este fato, torna-se impossível não elogiar a iniciativa do PPGAS da UFSC em compor as primeiras turmas com alunos cotistas indígenas e negros, historicamente se trata de um avanço sem precedentes, tenho noção que levarei para minha trajetória acadêmica daqui em diante aspectos novos sobre a minha própria subjetividade étnico-racial. No entanto, por ser aluna



do primeiro ano do Doutorado também receio quais serão os desafios impostos a mim nas próximas etapas, que um itinerário acadêmico sempre estabelece.

Neste ponto, desde já, entendo que a UFSC e o PPGAS precisam começar a avaliar quais são os efeitos e impactos de uma política como esta já instituída, pensar como novas demandas são criadas, bem como quais ajustes são necessários para que o aluno ingressante tenha êxito na sua formação de pós-graduação, ou seja, é importante ouvir quais relatos estão sendo experienciados por nós, quais dificuldades e quais avanços podem ser constatados. Ou seja, pensar constantemente sobre o que significa inserir um aluno que tem uma trajetória social singular.

Pessoalmente, quando tive a certeza da minha aprovação, e logo em seguida da concessão de bolsa fiquei entusiasmada com a garantia de poder continuar a minha história acadêmica, no entanto, não deixei de refletir sobre os outros pesares que iriam constituir a minha jornada. Em outras palavras, tive receio de ser discriminada ou inferiorizada, e esse receio se deu, pois, as mudanças eram muito volumosas, de um estado no Nordeste para um Estado no Sul. Além disso, eu não sabia que tipo de recepção os estudantes cotistas na Pós poderiam experienciar. Por motivos óbvios, isso resvala na minha constituição subjetiva, e esse é um aspecto que não pode ser ignorado nem pela UFSC, nem pelo PPGAS.

No meu caso, a experiência tem se dado muito positivamente, não só por parte do PPGAS, mas pelo NUER - Núcleo de Pesquisa ao qual estou vinculada-, mas também com os meus colegas discentes e corpo docente. Mas isso não elimina determinadas situações que são enfrentadas, como aqui já relatei, em especial,

fora dos corredores do PPGAS. De algum modo, a política de Ações Afirmativas precisa se situar como uma medida importante no combate às desigualdades sociais e étnico-raciais dentro da UFSC, ou seja, é necessário publicar esse tipo de modelo educacional e organizar espaços onde as pessoas, sobretudo a comunidade acadêmica, sejam chamadas para entender e questionar o que seria um processo seletivo com Ações Afirmativas.

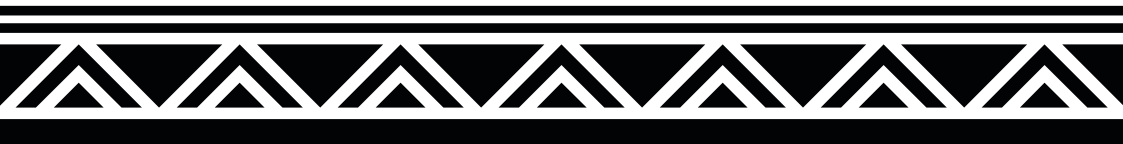
Propalar as Ações Afirmativas na Pós nos espaços da UFSC tenderia a não invisibilizar os nossos problemas acadêmicos ligados ao racismo, e que por consequência, subsidiariam pessoas como eu a enfrentar com mais armas os entraves que uma identidade estudantil como esta traz, pois, mesmo tendo uma história de enfrentamento ao racismo não estou dispensando mais munição neste combate, ainda mais num terreno novo.

Referências

ASSIS, Y. S. de. *Ações Afirmativas e Mobilidade Social: Um Estudo de Caso sobre a Política de Cotas na Universidade Federal de Sergipe*. TCC, (Graduação) - Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Ciências Sociais, Curso de Ciências Sociais, São Cristóvão, 2010.

_____. *A Experiência das Ações Afirmativas na Universidade Federal de Sergipe: os cursos de Direito e Medicina*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) -. Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, São Cristóvão, 2014.

CARVALHO, J. J. de. *Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das*



cotas no ensino superior. 2. ed. São Paulo: Attar, 2005.

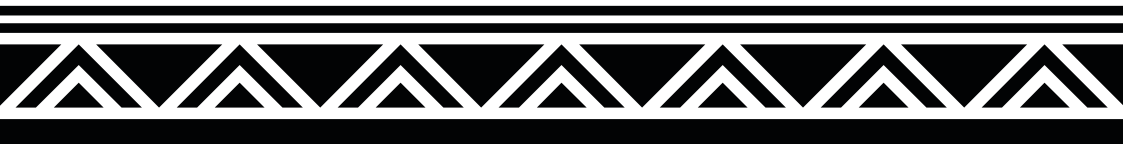
GUIMARÃES, A. S. A. *Racismo e Anti-Racismo*. 34. ed. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 1999, 240p.

HERINGER, R. Políticas de uma Promoção de Igualdade Racial no Brasil: um balanço do período 2001 – 2004. In: JÚNIOR, J. F.; ZONINSEIN, J. (Org.). *Ação Afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006. p. 79-109.

SANTANA, M. M. de. *A proposta de Cotas para Negros/as na Universidade Federal de Alagoas: Contemplando a Raça e o Gênero*. In: SANTOS, R. E.;

LOBATO, F. (Org.). *Ações Afirmativas: políticas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

VALENTIM, D. F. D. *Ex-alunos negros cotistas da UERJ: o que dizem sobre suas relações com os professores*. XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino. UNICAMP, Campinas. 2012. p. 2941.



O “OUTRO” SOU “EU”⁵

Larisse Louise Pontes Gomes⁶

A antropologia, tradicionalmente, é reconhecida pelo interesse pelo “outro”. Por isso, pode-se dizer que tem como princípio fundador a alteridade como ponto de partida reflexiva. Constitui-se a relação “nós-outros”, o que demonstra também uma separação e ao mesmo tempo uma dependência entre sujeitos. Esse “outro” na prática antropológica nem sempre foi tão plural. Geralmente, não se tratava de um “outro” qualquer, mas àquele que preferencialmente, sob um olhar colonizante do século XVIII e XIX, era categorizado como exótico e segundo o pensamento de alguns autores, encontrava-se dentro de uma escala dividida em estágios de desenvolvimento – como a unidade mais básica de um sistema social-psíquico-cultural. Em síntese, o início da antropologia como disciplina foi marcado por essa visão.

O tempo passou, abordagens e escolas que romperam com esse pensamento a là Morgan, Frazer, entre outros, surgiram. Mas o “outro” continuava localizado em lugares, preferencialmente,

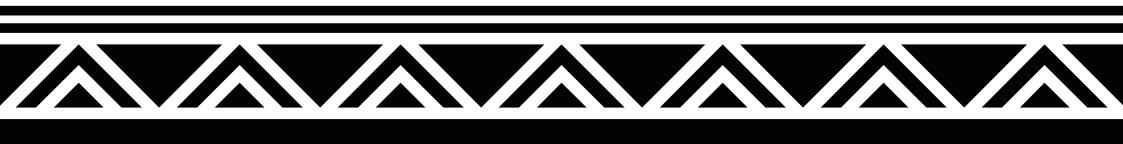
⁵ *Comunicação realizada nas Jornadas Antropológicas, evento organizado pelos alunxs do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e por alguns alunxs de Graduação de Ciências Sociais e Antropologia. A mesa denominada “Transformações na antropologia: efeitos do programa de ação afirmativa no PPGAS/UFSC” teve como foco refletir sobre a ainda isolada experiência de Ações Afirmativas na pós-graduação na UFSC, existente apenas no programa de Antropologia, seus efeitos e relações com a própria antropologia com os próprios alunxs cotistas.*

⁶ *Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alagoas, especialista em Antropologia pela mesma universidade, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia social pela Universidade Federal de Santa Catarina.*

afastados dos grandes centros de poder e saber da humanidade. A antropologia brasileira sofreu grande influência de pesquisadores indigenistas e africanistas, o que marca a disciplina até hoje. No entanto, paulatinamente, esse outro também poderia ser àquela sociedade que se apresentava com um modo de vida distinto do considerado “civilizado” e/ou estava em via de desenvolvimento. Mas, a antropologia ganhou novas antropologias, cada vez mais especializadas. Quero esclarecer que esse percurso histórico da disciplina, relatado aqui de maneira tão abrupta, diante do curto espaço e tempo, não ocorreu repentinamente. No entanto, não é a principal intenção detalhar isso.

As antropologias contemporâneas, principalmente as complexas, encontram-se com esse “outro” a todo o momento. Muitas vezes a única coisa que os separa é um muro, uma tela de computador e/ou um bairro. Falar em fronteiras não necessariamente significa longas distâncias geográficas e espaciais para essas antropologias, o que paradoxalmente possibilita um alargamento de possibilidades e a necessidade de distanciamento daquilo que em muitas vezes acreditamos ser corriqueiro, natural ou “familiar”, como diria Gilberto Velho, mas não é. Ou como alguns podem preferir, vivemos em tempos de uma “alteridade mínima”, como diria Peirano (1999).

Nesse sentido e nesse momento temos a possibilidade de fomentar encontros com esse “outro” agora em espaços, anteriormente, exclusivos daqueles que faziam deste seu “objeto” de pesquisa. Eles e o outro se esbarram nos corredores da universidade, nas salas de aula e na cantina. A relação continua, porém, as assimetrias parecem estar em vias de reconfigurações. É dessa maneira que visualizo o Programa de Ação Afirmativa dentro de



um curso de Antropologia. Como um encontro entre “eles/elas” e o “outro/outra”. Mais ainda, como o encurtamento de distâncias epistemológicas. E a possibilidade dessa instituição de corroborar com um projeto político de diminuição de inequidades através do compromisso com políticas afirmativas. Então quais efeitos desse encontro?

Para falar desse encontro é necessário primeiro falar de um desencontro. Qual desencontro? O de igualdade e justiça social com a população e trajetória da população negra brasileira e indígena também (mas nesse último caso, não há ninguém melhor para falar dessa experiência do que as colegas indígenas presentes). Não pretendo me alongar, nem apresentar muitos dados. Acredito que notícias como chacinas, índices de analfabetismo, violência, precarização do trabalho e menor expectativa de vida dos negros e negras no Brasil (e me arrisco a dizer no mundo) são transmitidas diariamente pelos diversos meios de comunicação. Mas gostaria de citar um dado recente, que mesmo tendo o intuito de apresentar um quadro positivo e de melhorias sobre e para a população negra/parda no contexto brasileiro, ainda aponta para uma séria disparidade. Segundo dados recentes do IBGE, a presença de negros e pardos nos mestrados e doutorados mais que dobrou de 2001 até 2013. No entanto, em termos gerais representamos apenas 28.9% de todas/todos os alunos em pós-graduação em um país que tem mais de 52% da sua população considerada negra/parda. Tal dado reflete, mais uma vez, a situação de desigualdade que a população negra há muito tem reclamado e encontra-se inserido, demonstra também a dificuldade de integração dessa população, muito bem apontada por estudiosos como Florestan Fernandes. A abolição da escravatura não foi o início de condições socioeconômicas e culturais dignas para os negros,

mas sim o acirramento de preconceitos, racismo e tentativas de extermínio da história e presença negra no Brasil com políticas de branqueamento e ocultação do racismo através de uma suposta democracia racial. Além disso, muitos acreditam que o fato de não termos tido um sistema de segregação oficial, como apartheid, faz do nosso país um lugar isento de racismo. Inclusive uma notável antropóloga paulista se utiliza desse argumento junto à defesa que o país precisa de cotas sociais e não raciais após analisar sistemas similares em alguns países, principalmente a França. Um contrassenso sem tamanho na minha visão, pois, tratar a questão étnico-racial no Brasil não é algo simples e tão objetivo, visto que a discriminação aqui opera de maneira sutil nas práticas e no trato diário, – seja através de apelidos pejorativos, piadas, em nome da “boa aparência”, na invisibilização de comunidades quilombolas e entre tantas outras coisas – e ao mesmo tempo é avassaladora. O racista no Brasil é sempre o “outro”. Sem trocadilhos.

Com isso quero apontar como o racismo no Brasil está entranhado em todos os lugares. Há um intenso desencontro entre a população negra e o bem-estar da mesma. E como poderíamos começar a reverter esse quadro? A educação é um dos caminhos.

Eu cresci em uma família de classe média que sempre presou e se esforçou para dar a melhor educação possível a mim e aos meus irmãos. Meu pai, vindo de uma família pobre começou a trabalhar aos 10 anos para ajudar em casa. Sempre foi dedicado em tudo que fez e conseguiu chegar a um lugar que muitos duvidaram, dada às condições financeiras e sociais. Desde que eu me entendo por gente eu ouvia dele que a melhor herança que ele podia deixar para mim era uma coisa chamada educação. De fato ele não mediu esforços para me manter em uma boa escola.

Mais que o incentivo, o pensamento centrado na educação como o melhor caminho para ter uma vida digna, evidenciava também a possibilidade de transformação que ela podia proporcionar. Ainda assim, eu faço parte da primeira geração da minha família que conseguiu frequentar uma universidade pública. Da geração que foi para faculdade para cá muita coisa mudou em nossas vidas. Mas o racismo e o preconceito permanecem presentes, e infelizmente, nem todos se dão conta, dada a forma como eles agem.

Por ser estrutural, o racismo encontra-se em todos os lugares, inclusive na universidade. A não presença ou a pouca presença de pessoas negras nesse espaço é algo que precisa de atenção. Movimentos e organizações como a Frente Negra Brasileira, Teatro Experimental do Negro, Imprensa Negra, a Marcha de Zumbi dos Palmares em 1995, e principalmente a Conferência de Durban em 2001, onde o Brasil como signatário se comprometeu em buscar formas de combater o racismo no país, foram essenciais para fortalecer as políticas de ações afirmativas no país e dar mais visibilidade a educação como pauta de reivindicação dos movimentos.

Eu como mulher negra, posso conhecer algumas manifestações de racismo além da teoria, o que pode me dar ângulos de análise e crítica além daqueles postos em palavras e encaixotados por conceitos que para serem suficientemente críveis, apagam vivências e experiências, em muitos casos. A antropologia tem tentado se aproximar de tais perspectivas e arranjar de forma minimamente coerente, a teoria e a prática. Eu como mulher negra e antropóloga, pareço estar no cerne dessa práxis antropológica. Muitas vezes sendo a “outra”, incansavelmente estudada, seja a partir de teorias racialistas e/ou como grupo exótico do século XVIII e XIX. Porém, agora, posso exercer um olhar sobre “mim”, tecer reflexões e

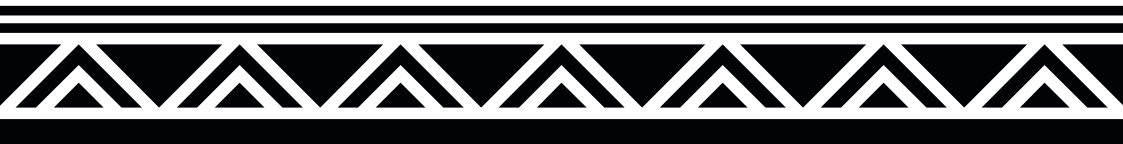
análises da mesma forma que antropólogas de outrora.

Esse olhar autocentrado e ao mesmo tempo em que busca se estranhar é uma via que acredito que pode contribuir muito para o desenvolvimento de um fazer antropológico. Ressalto que é necessário não seguir pela via da obliteração de si. Sem dúvida a subjetividade foi e é um dos pilares que me ajudou a dar impulso para um novo mergulho em uma área vasta e necessária na dinâmica brasileira, as relações étnico-raciais. E ter a possibilidade de dar prosseguimento nesse exercício que é calcado em um desconstruir-se e construir-se constantemente ao passo que a minha presença em espaços como esse por si só já indicam uma mudança é um dos efeitos dessa política, na minha concepção.

Considerações finais

Tal momento e movimento do qual a antropologia brasileira em muitas universidades tem desenvolvido e aderido ao programa de ações afirmativas, após longa luta dos movimentos sociais, pode ser considerado parte de mais uma renovação dessa disciplina que constantemente olha para si e busca desfazer-se em alguma medida para refazer-se reconfigurada. Nesse jogo, sem dúvida, a alteridade e a autoridade são os cerne de mais um processo de discussão e reavaliação ao passo que o encontro pesquisador e pesquisado agora tem novo cenário, novas disputas e novas maneiras de produzir saberes.

Estar aqui é mais uma maneira de estimular reflexões sobre a política de cotas, além da sua premente importância, é também um espaço para democratizar informação e o resultado de uma experiência e ação que aos poucos está vigorando em mais universidades e tem



estado em consonância com um projeto político que tem como principal objetivo atenuar desigualdades sem apagar diferenças. É também a possibilidade de endossar novas maneiras de produzir conhecimento, fazer antropologia a partir de outro lugar e em uma perspectiva que descoloniza saberes.

Apesar da polêmica e das inúmeras visões contrárias à política de ações afirmativas, eu, como mulher, negra, nordestina, ou seja, somando muitas das adjetivações alvo da marginalização e exclusão históricas desse país, assumi o compromisso de auxiliar na construção de sistemas menos discriminantes e mais igualitários. Ocupar esse lugar, estar nesse espaço e participar desse momento são formas que eu (e acredito que nós) encontrei, dentro dos meus limites, para desestabilizar uma estrutura que há muito segrega e ainda crê que meritocracia é a via que gera justiça social. Cotas sim, porque as oportunidades são o começo da transformação.

Sou grata àqueles que acreditam nesse programa, aos professores do PPGAS que tiveram a sensibilidade e buscaram meios para executar o PAA no PPGAS e o acolhimento de colegas de turma e programa e dos núcleos de pesquisa, em especial ao núcleo do qual faço parte Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas – NUER – coordenado pela professora e minha orientadora Ilka Boaventura Leite. Agradeço também, a iniciativa de uma guerreira indígena que iniciou todo esse processo nesse programa, Joziléia Jagso através de uma atitude corajosa e certa que começou com um e-mail. E demais movimentos, coletivos e pessoais, que diariamente fazem com que essa discussão esteja constantemente na pauta dessa instituição. Há ainda dificuldades e problemas que precisamos refletir, em especial para os cotistas da graduação, como a ideia de permanência, mas de forma geral,

precisamos cobrar uma postura mais firme frente aos casos de racismo que ocorrem dentro da universidade e combater posturas de docentes de outros cursos que praticam, muitas vezes sem perceber, o epistemicídio. E a Antropologia pode contribuir muito para diminuir tais obstáculos e fomentar através da formação de profissionais comprometidos com uma perspectiva pós-colonial e inclusiva, a começar pela adoção das cotas no programa de pós-graduação que em longo prazo fará com que negros e indígenas passem de sujeitos de pesquisa para professores universitários, pesquisadores de excelência e poderão mudar a face das instituições de educação no Brasil ainda compostas e dominadas majoritariamente por não-negros/não-indígenas.

Sem dúvida, podemos melhorar e incluir mais, afinal, como diria Lélia Gonzalez, pesquisadora e antropóloga negra: “Não temos mais tempo para lamúrias, temos que arregaçar as mangas e virar esse jogo.”

Referências

AGENCIA BRASIL. Negros representam 289 dos alunos da Pós-Graduação. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2015-05/negros-representam-289-dos-alunos-da-pos-graduacao>. Acesso em: 25 out. 2015.

PEIRANO, M. *A alteridade em contexto: Antropologia como ciência social no Brasil*. Série Antropologia. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

VELHO, G. O desafio da proximidade. In.: VELHO, G. ; KUSCHNIR, K. *Pesquisas Urbanas: Desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003, p. 11-19.

Editais de ações afirmativas na Pós-Graduação em Antropologia: relatos de uma experiência

*Santa Julia da Silva**

Este texto tem como objetivo apresentar um breve relato sobre a experiência vivida, através de editais de seleção de ações afirmativas⁷ em Programas de Pós-Graduação em Antropologia. Em 2015, participei de dois editais de seleção⁸ que me levaram a viver uma experiência singular. Pela primeira vez as ações afirmativas me atingiram, mas afinal, o que significa ser “atingida” em termos antropológicos? Observo que, usualmente esta expressão conota um sentido negativo da experiência, mas meu propósito é de subverter tal interpretação, e apontar algumas conexões de sentidos entre os processos, a candidatura e a antropologia.

Interrogar-me sobre os significados dessas experiências é substancialmente relevante, pois, ações afirmativas emergem num contexto histórico e em que as políticas públicas, tendem a incorporar a ideia de reparação das desigualdades sociais, em que a população negra e os diferentes povos ameríndios estão submetidos. Tanto mais significativo é o fato de eu estar inserida em uma disciplina onde a busca de “sentidos” constitui um ponto

* *Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UNICAMP.*

⁷ *Parece não haver muito consenso quanto a forma de designar as políticas públicas voltadas a inclusão de segmentos historicamente excluídos de participação na vida nacional. Para efeito, neste relato adotarei o termo de ações afirmativas como sinônimo de cotas para estudantes autodeclarados negros e indígenas.*

⁸ *Saliento que em um dos processos havia edital específico para ações afirmativas, no segundo havia um edital único com declaração de opção de concorrer as vagas pelas ações afirmativas.*

fundamental de seu fazer. Entretanto, adentrar estes sentidos implica refletir sobre o estatuto nada consensual, através do qual a antropologia se forma e se transforma. Qual é o limite desta relação? Qual a relevância de uma autobiografia? Pode a antropóloga ser ela mesma a “outra” de sua própria reflexão?

Responder questões desta natureza, implica necessariamente incorporar à antropologia um posicionamento político sem, no entanto, esquecer a dimensão coletiva e individual. A forma como concebo meu ingresso na pós-graduação abarca necessariamente a primeira opção, cada um que é “atingido”, não se atinge só, leva consigo sua trajetória, permeada por subjetividade e intersubjetividade e carrega as marcas produzidas por um racismo sempre latente que atinge a todos, ainda que de forma distinta. Afinal está é, em último caso, também uma forma que permite distinguir e identificar aqueles cujo acesso resulta de uma “política de reparação” de uma “falha histórico”.

Neste sentido, não há contradição, como mostra o exame do longo processo que se inicia no pós-abolição e as diferentes lutas políticas travadas em torno da inclusão dos segmentos marginalizados, negros e índios, na dita “sociedade nacional”. A atuação de ativistas negros em diferentes épocas e com diferentes percepções tiveram o mesmo pano de fundo. Somam-se a isso, interlocutores solidários que ao falarem de determinados espaços de poder, contribuíram para as mudanças em curso. Ainda assim, o racismo estrutural continua vivo e se expressando de diferentes formas. Trago aqui, dois momentos de situações que vivenciei recentemente e através das quais corroboro a afirmação acima.

Na primeira situação, estava assistindo uma arguição numa banca de doutoramento quando um dos membros da banca, no afã de expor a necessidade do ensino superior, incorporar docentes efetivamente



capacitados para abordar a temática das relações raciais afirmou: “a questão do racismo está tão distante, tão apagada que eles efetivamente não estão preparados para abordar a lei 10.639/2003 nos currículos dos cursos de licenciatura”⁹. Fiquei perplexa com tal afirmação e silenciosamente me perguntei para quem este racismo está distante e apagado? Será que está tão distante mesmo? Penso na dimensão de um racismo epistêmico, silencioso que se manifesta através de uma falsa ingenuidade, mas que permite a determinados segmentos permanecerem em suas zonas de conforto, afinal não pertencem ao universo das pessoas “atingidas”.

Segunda situação: No dia seguinte ao episódio anteriormente narrado, ao chegar em casa, após cumprimentar o porteiro do condomínio onde moro, escuto dele a seguinte pergunta: veio trabalhar? Reajo mentalmente, considerando que se trata de um condomínio essencialmente residencial, onde além dos porteiros, existe apenas outro trabalhador que cuida das áreas verde do local. Recordo-me que em dia anterior quando saía de casa, um domingo à tarde, ouvi dele a expressão: bom descanso! Questiono-me por que este sujeito identifica em mim, uma prestadora de serviços e não uma moradora do local, agregasse a isso os meus vinte dias de moradia, o cadastro que preenchi quando cheguei ao local e ainda assim, permaneço invisível, ou melhor, torno-me visível na posição de suposta trabalhadora. Tais situações apontam quão significativo é, para nós, e especialmente para as mulheres negras o acesso a um curso de Pós-Graduação em Antropologia, campo por excelência, para percepção destas estruturas naturalizadas, que tomam corpo na fala dos sujeitos, como se fossem ideias incontrolláveis, palavras que escorregam

⁹ *Detalhe: na banca de defesa, a doutoranda era uma mulher negra e sua tese avaliava o letramento acadêmico de estudantes atingidos pelas ações afirmativas.*

pela boca, pensamento espontâneo ou o que quer que sejam, mostram o caráter arbitrário e excludente de localização do “outro”, num local sempre à margem.

Embora não aponte dados, suspeito que seja a “nossa” disciplina, a ocupar um local de vanguarda neste contexto de ações afirmativas. Ora, aceitando este dado como concreto, tal fato então representaria um espelho para nosso autoencantamento. Entretanto, este é mais um tema com potencial a se tornar um campo de debates e controvérsias dependendo do lugar através do qual se situa a observação.

Meu olhar, abrange uma dimensão cartográfica que remete a minha trajetória de mulher negra, filha de pequenos agricultores não escolarizados, olhar de uma “quilombola na diáspora”, como costume me definir. Apesar de ter abandonado meu território, na zona rural, aos doze anos de idade, nunca me situei completamente enquanto uma pessoa urbana, permaneço constantemente no lá e cá. A academia e/ou antropologia representam no meu entendimento, tanto espaços de conhecimento quanto espaços de poder. Neste contexto o discurso “científico” representa aquele com potencial hegemônico sobre outros saberes, outras formas de conhecimento. Renegar desconhecer, ignorar outros conhecimentos representa abandonar minha própria identidade. Como esquecer as benzeduras e os diagnósticos certos de minha avó materna? Usando uma tesoura, algumas brasas e copo de água, posicionada nas minhas costas diagnosticava que eu estava com muito “ar” e com suas benzeduras curava minhas dores na infância. Como esquecer a infalível previsão do tempo do meu pai? Quando perguntávamos se havia necessidade de levarmos agasalhos de chuva para escola ele inclinava a cabeça em direção ao norte, olhava, pensava um pouco e respondia de



forma contundente seu sim ou não. E minha mãe? Construindo seus relógios naturais através de marcas de posição do sol, na porta da cozinha, de forma a nos orientar o horário de banho e almoço e assim não chegarmos atrasados na escola, quando ela ficava até mais tarde na lavoura. Só consigo me imaginar como sujeito no mundo a partir destas vivências cotidianas, ao que reconheço, que a antropologia me ajudou a entender quem eu sou, e quem são os “meus”, fazendo desta experiência algo relacional, sem qualquer hierarquia quanto ao estatuto de validade.

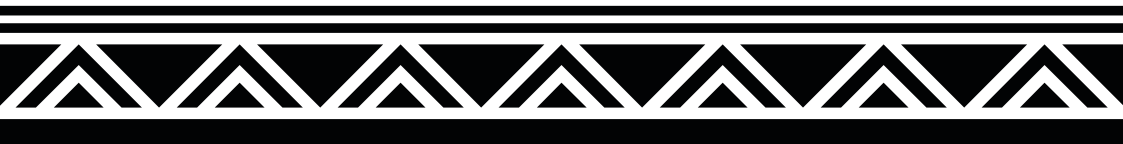
O conhecimento antropológico revela um interesse por estes particulares modos de vida, porque eles expressam as possibilidades de pensarmos as diferenças culturais, entretanto, aos sujeitos produtores destas outras formas de experimentar o mundo, não basta uma interpretação em termos de conhecimento. Contemporaneamente, exige-se um reconhecer, uma antropologia que seja capaz de incorporar uma dimensão crítica. Isso diz respeito às formas de condições de produção destes conhecimentos, bem como sobre a apropriação dos mesmos. Aqui, novamente as ações afirmativas se encontram com a antropologia. O que eu busco em um programa de doutoramento através das ações afirmativas? Entendo que meu compromisso é simultaneamente como grupo do qual sou parte e da mesma forma, com uma antropologia que não pode estar dissociada, esvaziada das questões de natureza política e de poder, através das quais são tecidos os discursos sobre sujeitos, conhecimento e inclusão. Cabe uma assunção por parte dos antropólogos e antropólogas negras no espaço acadêmico, sem medo de comprometer o suposto “paradigma da cientificidade”, felizmente em permanente crise na antropologia.

Analisando o contexto familiar onde estou submersa, e o local de onde sou migrante, observo que o processo das políticas de

ação afirmativa fica subsumido numa narrativa de orgulho e meritocracia quando pensado em termos da minha trajetória, isto me joga simultaneamente num processo coletivo e individual, sou interna e externa ao mesmo tempo, como parte da inexistência deste todo coerente que tantas vezes perseguimos. Impossível pensar um mundo livre das ambiguidades.

Entretanto, considero que sejamos nós, os “atingidos” por tais políticas que devemos assumir um papel de vigilância, de crítica e de autocritica de tais processos. Devemos entender que a admissão de alunos através de ações afirmativas não se esgota no edital de aceitação de autodeclarados negros e indígenas. Precisamos nos posicionar em favor de uma afirmação em todo processo, que passa pela acolhida dos projetos, pelas demandas de pesquisas apresentadas por estes estudantes, pelo respeito as escolhas epistemológicas e também pelas condições de permanência através da garantia de bolsas e financiamento de pesquisas. Entendo que são estas formas que nos possibilitaram um avanço e um aperfeiçoamento, considerando o fato, de sabermos que a existência das mesmas não se traduz em forma consensual dentro das próprias instituições onde tais ações são adotadas.

Relembro o ano de 2012, quando minha sobrinha ingressou no curso de Graduação em Administração na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aos dezessete anos de idade. Logo após seu ingresso, me falou como havia sido “fácil” seu ingresso. Tal avaliação gerava nela um entendimento de que deveria devolver em forma de dedicação e estudos tal “facilidade”. Na época, embora sua afirmação tenha me causado incômodo não tinha tão presente a necessidade de estabelecer uma dicotomia entre concessão e direito, e assim fixar o lugar das ações afirmativas. Neste sentido, sou otimista e esperançosa da contribuição da



Antropologia. No lugar de lamentar aqueles e aquelas que não compreendem nossas demandas, devemos intensificar nosso diálogo com esta rede formada por diferentes atores, dentre eles, antropólogos e antropólogas.

Geertz (2001) aponta que há uma visão externa que vê na Antropologia uma força regenerativa nos estudos sociais e humanos. Penso que há também muitos antropólogos e antropólogas que compartilham de um fazer antropológico, através de uma reflexão crítica que venha contribuir para a reconfiguração dos atores negros e indígenas no espaço da chamada nação brasileira. Assim, o movimento não é apenas de como as outras áreas veem a antropologia, mas de como nós também nos percebemos.

Últimas observações

“Vai negona MALÊS¹⁰, essa caminhada é sua --- ande, teça memórias, registre, publicite, africanize tudo e todos e sabes que jamais estás só.... muito asé conte com a gente, vaiiiii.”

“Parabéns pelo merecido sucesso. Tuas conquistas nos engrandecem, nos representam. Viva o Povo Negro!”

As citações em epígrafe acima, foram extraídas da minha rede social, após a publicação do resultado do processo seletivo dos referidos editais, as coloco aqui nas observações finais porque elas expressarem muito das minhas convicções sobre o processo e sua dimensão coletiva, não sem motivo, foram escritas por duas

¹⁰ Saliento que expressão “negona” é termo usual entre mulheres negras, especialmente dentro do movimento negro em Porto Alegre, restringindo-se sua aceitação exclusivamente neste âmbito, como caráter subversivo dos estereótipos atribuídos as mulheres negras.

mulheres negras que conhecia na época da minha militância no Movimento Negro Unificado e com as quais obtive grande aprendizado. Tudo isso, reafirma a compreensão que tenho do processo e da minha própria identificação que transita, reúne e sobrepõem memórias, fragmentos, narrativas advindas de uma experiência familiar e comunitária por um lado, assim como dos movimentos sociais e do processo de formação acadêmica. Soma-se a isso, a experiência cotidiana de enfrentamento de uma sociedade estruturalmente racista.

Por fim, é em defesa das diferentes trajetórias que me posiciono em favor de uma transversalidade afirmativa em todo o processo. As ações afirmativas na Pós-Graduação em Antropologia existem, mas são como uma criança que fica em pé, caminha, mas necessita do nosso cuidado para que se desenvolva forte.

Referências

GEERTZ, C.. A situação atual-. In: _____. *Nova Luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

SILVA, P. B. G. e; SILVÉRIO, V. R.. *Educação e Ações afirmativas: Entre a Justiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. 270p.

Quando os “nativos” ocupam a antropologia: experiências de lugares e entre-lugares nas Ações Afirmativas¹¹

Willian Luiz da Conceição¹²

Boa noite a todas/os,

Primeiramente, quero agradecer a organização das Jornadas Antropológicas da UFSC pelo convite. E também a Larisse por ter proposto essa mesa com o objetivo de pensar os impactos políticos, acadêmicos e teóricos das Ações Afirmativas na pós-graduação, visto que o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC desde 2014 instituiu vagas para indígenas e negras/os em edital específico tanto para o mestrado, quanto para doutorado. É um prazer também compor esta mesa ao lado da Adriana e da Joziléia, e ter como coordenadora desta discussão a professora e colega Antonella Tassinari, ao qual é para mim um grande apreço.

Seria pouco humilde intelectualmente não apontar a importância da iniciativa do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC em estar afinado com as políticas públicas nacionais

¹¹ *Apresentação para a mesa Conexões Transversais da Jornadas Antropológicas 2015, promovido pelos pós-graduandos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.*

¹² *Willian Luiz da Conceição é historiador e mestrando do Programa de Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Pesquisador associado do Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas - NUER/UFSC.*

voltadas a combater a marginalização histórica das populações de origem africana e indígenas do ensino superior e de pós-graduação no Brasil. Com isso, posso afirmar que tal política tem um valor simbólico relevante, que não se expressam meramente em números, já que esta política, pelo menos no quesito numérico tem um caráter ainda pouco satisfatório para promover a equidade racial, a desigualdade histórica representada também no acesso à universidade pública.

Acredito que avançamos nacionalmente nos últimos anos, e a política do PPGAS é relevante neste contexto, a qual a conjuntura deste final de 2015 me parece complexa e ameaçadora em relação a direitos sociais assegurados, o que nos aponta para uma longa trajetória de luta pela frente. É fundamental que outros programas de pós-graduação da UFSC também apliquem, como é o exemplo do PPGAS, as políticas de cotas raciais. O PPGAS/UFSC tem apresentado motivações para que no próximo ano possamos aumentar o número de vagas de Ações Afirmativas, que hoje se encontram, em uma para negros (mestrado) e uma para indígena (mestrado) e assim também para o doutorado. Isto em longo prazo pode contribuir para o enfrentamento do caráter elitista e racista branco que constitui a pós-graduação brasileira, mas, todavia, é preciso que isso se expresse em uma viragem epistemológica para a produção do conhecimento. Para não dizer uma transformação ontológica do mundo e do próprio conjunto das ciências humanas.

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), o número de estudantes negros (soma de pretos e

pardos) no mestrado e no doutorado mais do que duplicou de 2001 a 2013, passou de 48,5 mil para 112 mil. Considerando apenas os estudantes pretos, o número passou de 6 mil para 18,8 mil, um aumento de mais de três vezes. Entretanto, os negros são 52,9% da população, e os estudantes negros representam apenas 28,9% do total de pós-graduandos. Comparando que o número de estudantes brancos na pós-graduação também aumentou nesses anos, passando de 218,8 mil para 270,6 mil o que apresenta que o crescimento dos jovens negros na pós-graduação é grande, mas não representa um crescimento estatístico isolado, mas sim um contexto amplo de acesso a pós-graduação.

Pensando também o acesso a graduação, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) , mesmo com o aumento de 27% para 51% na frequência de estudantes entre 18 e 24 anos ao ensino superior no Brasil, após uma série de políticas que visavam a expansão educacional, temos evidenciado nos números uma disparidade significativa entre brancos e não-brancos. De acordo com os dados divulgados pelo IBGE, o acesso da população negra ao ensino superior passou de 10,2% em 2001 para 35,8% em 2011. O aumento no acesso de negros/as nessa etapa é evidenciado, entretanto insuficiente comparado a proporção de acesso dos jovens brancos dez anos antes - que era de 39,6%. O número de brancos entre 18 e 24 anos que estão na universidade atinge 65,7% do total, dados de 2011.

Para mim o grande ganho deste tipo de política também é simbólico, por possibilitar transformações consideráveis no ambiente pessoal

dos sujeitos que acessam este tipo de política. Digo isso, porque, sou a primeira geração da minha família a entrar para estudar numa universidade pública, para não dizer o único, ser graduado em uma universidade pública, ter acessado uma bolsa de pesquisa no exterior e adentrar a um programa de pós-graduação da qualidade do oferecido pela UFSC. Ser a primeira geração que pode pensar na possibilidade de continuar estudando, ter possibilidade de realizar o sonho de ser doutor, é sem dúvida matéria que culmina em esforço pessoal, luta social de diversos setores, principalmente do movimento negro e conquistas de direitos proporcionando construir referências que possam influenciar a autoestima e o desejo das futuras gerações de crianças negras, pobres e indígenas, que dificilmente veriam outros membros do seu grupo étnico/racial nesses espaços. É sem dúvida uma responsabilidade para nós que ocupamos um espaço pouco democrático social e racialmente realizar aqui tal debate.

Esta política sem dúvida reflete o reconhecimento das barreiras sociais e raciais que marcaram a exclusão de parte significativa da população brasileira do acesso à universidade e que constituem um espaço assentado no privilégio e em pressupostos da exclusão histórica, fruto do racismo institucionalizado e estrutural da sociedade brasileira. Não é preciso lembrar que a universidade no Brasil sempre teve objetivo de construir conhecimento sobre as problemáticas da vida social, entretanto, é fundamental reatualizarmos as criativas que se assentam contra os pressupostos em que estão baseados os conhecimentos aqui produzidos e analisarmos se tais políticas de inclusão favorecem a transformação epistemológica da produção intelectual no Brasil.

É possível, sendo bastante otimista, que a entrada de indivíduos antes entendi dos como “objeto” de pesquisa ou sujeito de pesquisa, sejam eles, os negros/as, os indígenas, os trans, etc., por via de Ações Afirmativa ou não, possam iniciar uma crítica as abordagem e formas de se fazer antropologia anteriormente estabelecidas, ou conduzir a novos olhares que possam transformar e/ou aprofundar questões estabelecidas na antropologia e pelas demais ciências humanas.

Lembrando que os sujeitos de pesquisa sempre foram considerados representantes de um conhecimento ou realidade ao qual estes mesmos pouco conheciam ou que não as compreendiam em sua totalidade, o que a figura do antropólogo serviria para decifrar e decodificar as maneiras como estes organizavam sua sociedade e resolvem seus dilemas matérias e simbólicos. A figura do sujeito de pesquisa, dotado de informações, mas de certa maneira alienado, era encontrada pela figura do pesquisador, na sua maioria ainda hoje, branco, heterossexual, de classe média que se dirigia ao campo com o objetivo de escrever sobre dada realidade, seja ela distante em terras trobrianesas ou em periferias das cidades ao qual este mesmo antropólogo vive.

Não quero aqui afirmar totalidades ou essencialismos (?) i acerca de sujeitos de pesquisa. Como se agora, com a potencialidade de se tornarem pesquisadores, nós pudéssemos conhecer mais, ou melhor, o terreno em que nos dispomos a estudar, principalmente quando nos propomos a pesquisar nossa própria “realidade”. Sabemos que o conhecimento antropológico neste caso exige que

possamos “estranhar o familiar” observando-o a partir de novos prismas. Talvez aí que more o ganho desta “nova antropologia”, a sensibilidade de reconhecer problemáticas que antes não interessavam aos antropólogos “tradicionais”, estes, vindos de fora. Talvez estejamos falando aqui da fagulha de uma nova antropologia, uma antropologia nativa e com objetivo de renovar e revisar as temáticas que julgam necessárias, assim como estabelecer novos problemas.

Sendo agora pessimista, este desafio só pode ser percebido e analisado com o tempo, se nossa entrada representará transformações ou se seremos engolidos pela concepção e lógica do sistema. Um amigo que tem trabalhado com guaranis afirmou-me recentemente que para algumas famílias guaranis a vinda de membros dela para a Universidade representa a possibilidade da perda de um parente, que agora fora do seio da família poderia usar desta oportunidade em benefício próprio e não da comunidade. Tal problemática é igual verdadeira para as comunidades e famílias negras. Acredito que este é o risco que corremos, entretanto, não se trata do debate essencialista e simplista de estarmos construindo uma elite negra ou indígena desgarrada das lutas de suas comunidades, pois, resumindo, temos todo o direito de subirmos socialmente como qualquer um, mas, todavia, se salvaguardarmos na consciência que este lugar representa uma conquista histórica de nossos ancestrais esse espaço pode ser sempre um espaço de questionamento de determinados pressupostos e “verdades”.

Algum tempo atrás fui questionado por uma amiga negra que me perguntava se eu não achava que deveria deixar os estudos de branquitude para os brancos, e que deveríamos centrar esforços por continuar pensando os negros. Disse, a princípio, que não sabia, mas logo depois perguntei: por que devemos estabelecer tais lugares fixos, vistos que nós negros sempre falamos e reconhecemos que a branquitude existe, ou quase sempre? Talvez, nós sejamos por certo momento o olhar mais sensível a este fenômeno, por sermos tocados diretamente, e já que muitas vezes os brancos estão imersos aos seus privilégios e pouco conseguem se descentrarem para ver as relações raciais como efetivamente produto de uma relação ao qual ele mesmo está inserido e exerce papel fundamental.

Isso porque nos estudos das relações raciais no Brasil, o branco estabeleceu um lugar privilegiado, no qual a universidade sempre foi sua torre de marfim. Estes, sempre se colocaram acima das relações raciais, estabelecendo sempre um olhar sobre o “outro”, construindo o “problema negro” ou do “negro-tema”, jamais assumindo, de fato, o seu próprio papel na produção do racismo e da segregação racial. Não se trata de inverter papeis, mas, de fato, efetivar os estudos de relações ao qual não se sustenta apenas pelos estudos de um elo deste grande rizoma.

Acredito que este lugar de privilégio da branquitude pode ser transformado com o acesso de novos sujeitos no campo de conhecimento a partir do que Koselleck (2006) denominou de “espaço de experiência” ao qual deve ser nosso “horizonte de

expectativa”. Como afirmou Guerreiro Ramos em 1959, no Brasil “o branco tem desfrutado do privilégio de ver o negro, sem por este último ser visto. Nossa sociologia do negro até agora tem sido uma ilustração desse privilégio. Em nossos dias, entretanto, a estrutura econômica e social do país possibilita a nova fase dos estudos sobre relações de raça no Brasil, fase que se caracteriza pelo enfoque de tais relações, desde um ato de liberdade do negro” (inserir página). Para Liv Sovik o privilégio do branco brasileiro afirmou-se “por duas vias: lembrando ansiosamente seus antepassados europeus e estudando o negro, ao lado de quem sua brancura é ressaltada” (SOVIK, 2002, p. 4). Também aqui não cabe dizer, e seria irresponsável afirmar que existe “o branco”, mas aqui me parece que cumpre o papel político desta fala.

Digamos que os estudos de branquitude, dentro dos seus limites teóricos e metodológicos, iniciaram com objetivo de situar o homem branco, pelo menos como homem comum, apresentá-lo dentro das teias das relações humanas. Onde seu corpo antes entendido e desunificado como universal, passam agora, a serem esquadrihados como qualquer outro, e posto em relação com outros corpos. Parafraseando Deleuze e Guattarri (2004), o homem branco passa a feder, a defecar, a ter prazeres, enlouquecer, a odiar e amar como qualquer outro retirando de si a centralidade e a perfeição como corpos ideais.

Pensemos na anedota de Lévi-Strauss (1955) do dilema da universalidade e da anti-universalidade em que os indígenas das Grandes Antilhas do tempo da invasão da América afogavam

homens brancos que aprisionavam para verificarem a partir da observação dos cadáveres daqueles seres [brancos] se eram reais e se putrefariam. Digamos, com certo exagero e uma dose de provocação que os estudos de branquitude pretendem trazer o branco para o campo da realidade, afogando-os, tirando-o de sua pretensa universalidade. Neste caso, se afogássemos os brancos nas relações Inter étnicas, assim como os cientistas fizeram com outros grupos, talvez, veríamos emergir de seus corpos as vossas branquitudes e o poder que resulta dela em toda sua potência.

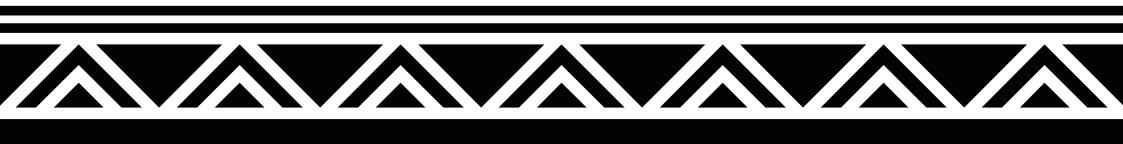
Tenho percebido que a abertura da oportunidade do acesso à pós-graduação se estabelece em algumas dinâmicas interessantes, por exemplo, o reconhecimento sincero da justeza do acesso ao direito e o enfrentamento da marginalização histórica, por conseguinte, o resultante é estabelecer políticas de justiça social como as Ações Afirmativas. De outro lado, surge a negação, quase sempre na ignorância da trajetória histórica do Brasil, quando não é a ignorância que impera, é a salvaguarda dos privilégios que sobressaem através de mecanismos discursivos de conservação da lógica arcaica da desigualdade.

Mas não nos enganemos também com a bondade dos “justos”, o reconhecimento destes primeiros valores acima referenciados, sofre quase sempre uma deflagração triste, consciente ou inconsciente, nos lugares mais inesperados, nas ciências mais críticas e revoltosas. A contradição está em atribuir aos negros e indígenas, permanentes objetos, um lugar determinado nesta estrutura. O que se espera destes sujeitos quando eles adentram

a academia? Local que passa a definir onde e como devemos nos posicionar frente às demandas que aparecem nesse novo processo e universo que se abre.

Gostaria aqui de apresentar um exemplo ocorrido há pouco tempo atrás que elucidava o que estou tentando dizer aqui. Vamos ao caso verossímil. Numa reunião de produção de um dado evento de antropologia, fui convidado a participar de uma mesa que debateria também o tema das Ações Afirmativas. Entretanto, depois de ter aceitado o convite solicitei o seguinte ponto: que eu pudesse mudar de mesa ao qual tinha sido convidado, ou seja, das Ações Afirmativas para outra, ao qual debateria mais especificamente a relação “Nativo-pesquisador”. Justifiquei que estava muito grato pelo convite, mas que devido ao meu esforço acadêmico de pensar exatamente as fronteiras entre “nativo-pesquisador” e as modificações de perspectivas e novos olhares que surgem a partir das nossas inserções, antes tidos como nativos e agora também como pesquisadores, as fronteiras e limiares decorrentes destes, preferia participar desta outra mesa.

A resposta a minha demanda foi rapidamente negada, algo compreensível, mas os argumentos que decorreram da negativa passaram a reverberar com minhas reflexões sobre racismo. A negativa se deu através de dois, talvez três “argumentos”, o primeiro que eu tinha sido convidado exclusivamente para aquela mesa, e caso não me contentasse que eu deveria ter negado o convite. O segundo argumento, esse bastante grave dentro do meu ponto de vista, foi que eu teria sido chamado única e exclusivamente



por ter entrado por cotas, e não por qualquer quesito teórico ou acadêmico; como se eu estivesse ali meramente como um exemplo raro e exótico, a falar somente enquanto nativo, jamais enquanto antropólogo. O terceiro argumento, para coroar o ocorrido, foi a opinião da pouca relevância de meu projeto de pesquisa sobre, grosso modo, a branquitude.

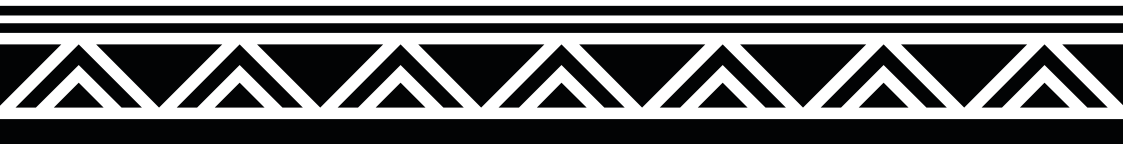
Para mim este fato ocorrido há algum tempo atrás me pareceu extremamente importante para analisarmos as políticas de ações afirmativas e a consequente entrada de negros e indígenas na universidade. O primeiro ponto, talvez o mais significativo, é uma certa cristalização dos papéis a serem trabalhados. Melhor dizendo, mesmo com a entrada na universidade, os temas, os debates, as reflexões, devem sempre estar de acordo com um certo lugar que nos foi destinado.

Enquanto negro e estudante, talvez eu só possa falar sobre cotas e negritude. Fico me perguntando como a Antropologia teria surgido caso essa regra de equivalência tivesse sido estabelecida desde sempre. É claro que a discussão seguiu através dos mais diversos meios, já que lutar contra lugares que foram demarcados para mim é uma coisa que desde sempre fiz e continuarei fazendo, senão, não estaria aqui. O debate depois do ocorrido seguiu o tom inicial: tentativa de deslegitimar minha capacidade de pensar em outros temas, e sequer qualquer tentativa de entender minhas questões.

Outro ponto curioso foi quando resolvi expor minha opinião de que o ocorrido era mais um exemplo das premissas racistas que estão presentes nas instituições e na sociedade brasileiras: o caso explodiu. Depois disso, as defesas do tipo “não sou racista porque tenho um amigo negro” foram mais uma vez ativadas, mas dessa vez era “não sou racista, porque sou antropólogo, porque lutei contra as injustiças, porque sou a favor das cotas, etc.”.

O que revela do racismo esse ocorrido? Onde está o racismo no Brasil? As cotas são suficientes? Estamos aqui falando de vagas? De lugares marcados?

Na ocasião citada não deixei de afirmar que eu não tinha quaisquer problemas em discutir a temática de Ações Afirmativas, pois na verdade faz muito tempo, inclusive antes de ter entrado em qualquer instituição através de cotas, que eu debatia o assunto. O problema, do meu ponto de vista, era ter ponto de vista especificamente marcado. O problema foi a total falta de vaga, de espaço, de abertura, para uma outra possibilidade de ser outro. O problema é quando os convites se resumem a este mesmo lugar, um lugar específico e principalmente, quando este lugar parece querer expor os sujeitos de direito. O “eu, negro” (moi, un noir), para lembrarmos de Jean Rouch, expor-nos como objetos exóticos relegados ao papel de nativos para replicar a “força de ver sempre o Mesmo no Outro” como afirma o professor Viveiros de Castro (2015, p. 21). Nossa condição de nativos permanece mesmo dentro de um treinamento para sermos antropólogos. Está inscrita em nossas peles, em nossos corpos. Estamos presos



a eles, muitas vezes, só podendo falar a partir dessa experiência.

Homi Bhabha parafraseando Frantz Fanon afirma: “os olhos do homem branco destroçam o corpo do homem negro e nesse ato de violência epistemológica seu próprio quadro de referência é transgredido, seu campo de visão perturbado” (BHABHA, 1998, p.73).

Argumentar a posteriore como o fez, que ter estudado relações raciais, ter participado de movimentos antirracistas, que ser cientista social, ou neste caso antropólogo, livra o sujeito de perpetuar pressupostos racistas em uma sociedade em que o racismo se estabeleceu estruturalmente é no mínimo ingenuidade para não dizer mau-caratismo. Seria o mesmo que eu como homem quisesse negar a possibilidade de ser machista por ter a capacidade de citar Simone de Beauvoir.

Neste momento pude constatar o quanto o antropólogo tem o poder de se metamorfosear através do mesmo discurso que estabelece a ideia de democracia racial, mas ainda de forma melhorada, visto que o antropólogo, como este fez questão de ressaltar, tem a capacidade de acionar os discursos progressistas, ou ainda do “outro”, muita das vezes a retórica da tutela e do combate às injustiças, mesmo que isso seja evidenciado de forma deliberada e servindo agora para defender a si próprio. Tais argumentos não eram novos e não podemos desconsiderar que nossa disciplina, ou seja, a antropologia tenha sido constituída através e por tais pressupostos racistas e colonialistas. A pergunta é, até aonde tais pressupostos continuam entranhados em nós e na própria



disciplina? Talvez nosso papel, neste caso, nós que habitamos o fronteiroço, seja o de apontar tais contradições no dia a dia, por dentro e para fora, sei que estas críticas já são conhecidas de uma antropologia “pós”, mas não podem caber simplesmente como uma antiga e distante história da antropologia, mas como crítica contemporânea capaz de deslocar a disciplina e os antropólogos do seu próprio centro de atração e privilégio ainda hoje estabelecido no decadente Ocidente e em seus pressupostos. Para as minhas colegas aqui da mesa, parafraseando um velho filósofo, estar na fronteira não é onde as coisas acabam, mas sim onde uma série de coisas começam. Por isso, temos o desafio e as dificuldades decorrente deste lugar ou “não-lugar”.

Para terminar, gostaria de pensar junto com vocês que as importâncias das Ações Afirmativas são evidentes, mas não suficientes. Temos que conseguir extrapolar as cotas somente enquanto uma vaga institucional. As ações afirmativas estão aí para reiterar a necessidade de Abertura, e isso nos mais diversos graus, principalmente na necessidade de descolonizar. Não basta entrarmos, devemos ser reconhecidos enquanto sujeitos de direito, sem lugares marcados ou reflexões destinadas. O racismo brasileiro tem se constituído, bem sabemos, a partir da retórica da ideologia da mestiçagem, do jeitinho e do tapa nas cotas, em que se escondem as práticas racistas que estão por trás de argumentos tais quais: “não sou racista porque estudo”, “tenho um amigo”, “namorei um negro ou uma negra”, ou agora “porque apoio o programa de Ações Afirmativas”.

Reafirmo aqui, que nos negamos a ser o que determinado grupo, ou pessoas, desejem que sejamos. Que não faremos o que estes almejam e acreditam ser nosso papel dentro ou fora da universidade. Isso porque como disse Guerreiro Ramos:

Há o tema do negro e há a vida do negro. Como tema, o negro tem sido, entre nós, objeto de escarpelação perpetrada por literatos e pelos chamados “antropólogos” e “sociólogos”. Como vida ou realidade efetiva, o chamado negro vem assumindo o seu destino, vem se fazendo a si próprio, segundo lhe têm permitido as condições particulares da sociedade brasileira. Mas uma coisa é o negro-tema; outra, o negro-vida.

O negro-tema é uma coisa examinada, olhada, vista, ora como ser mumificado, ora como ser curioso, ou de qualquer modo como um risco, um traço da realidade nacional que chama a atenção.

O negro-vida é, entretanto, algo que não se deixa imobilizar; é despistado, profético, multiforme, do qual, na verdade, não se pode dar versão definitiva, pois é hoje o que não era ontem e será amanhã o que não é hoje (GUERREIRO RAMOS, 1955, p. 215).



Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas

E-mail: nuer.ufsc@gmail.com

Site: <http://www.nuer.ufsc.br>

